



Autuado: Novelis do Brasil Ltda.

Processo nº 06/1977/024/2007

Referência: Recurso relativo ao Auto de Infração nº F445/2007, infrações grave e gravíssima, porte grande.

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

A sociedade empresária em epígrafe foi autuada como incurso nos artigos 87, IX e 86, VI, do Decreto nº 44.309/2006, pelo cometimento das seguintes irregularidades:

A empresa lançou efluente líquido em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental devido a um acidente na tubulação que leva a lama para a barragem de Marzagão, fazendo com que a referida lama atingisse o Córrego Marzagão.

A empresa ainda assoreou o Córrego do Azedo, devido à queda de um muro de gabião na área do lago do Azedo, causando poluição que resultou dano ao recurso hídrico.

Foi aplicada a atenuante prevista no artigo 69, I, "b", do Decreto nº 44.309/2006 e o valor da multa perfaz R\$ 108.336,00, dos quais R\$ 25.001,00 (vinte e cinco mil e um reais) são relativos à infração grave e R\$ 83.335,00 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e cinco reais) se referem à infração gravíssima.

A Autuada apresentou defesa tempestiva que foi indeferida, tendo sido mantidas as multas aplicadas, com a redução de valores para R\$ 16.667,50 (dezesseis mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos) e R\$ 41.667,50 (quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), com fundamento nos artigos 86, VI, 87, IX e 69, I, "b" e 61, I, "d" e 61, II, "d" do

Decreto nº 44.309 e artigos 83 e 96, do Decreto nº 44.844/2008. A Autuada foi notificada por meio do Ofício nº 998/2011 GAB/SISEMA em 30/08/2011, conforme AR de fls. 53.

Inconformada com a decisão, apresentou a Autuada o presente recurso, tempestivamente, em 29/09/2011, no qual alegou, em suma, que:

- as constatações fáticas enunciadas no auto de fiscalização não corresponderiam às condutas típicas do Decreto nº 44.309/2006;
- quanto ao primeiro tipo infracional seria necessária ação comissiva, definida pelos verbos emitir ou lançar e não teria havido qualquer ato da empresa no sentido de provocar o extravasamento da lama;
- quanto ao segundo tipo infracional teria ocorrido pequeno deslizamento de terras, resultante da erosão natural do local e não de qualquer ação ou omissão da autuada e, assim, não lhe poderia ser imputável a responsabilidade pelo evento, ante a não constatação do nexo de causalidade;
- não teria havido poluição ou degradação ambiental decorrente dos fatos que ensejaram a lavratura do AI nº 445/2007, já que não ocorreu o comprometimento significativo das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente;
- o transbordo de lama teria ocorrido em ínfimas proporções e não se verificou senão uma alteração temporária na turbidez da água;
- o deslizamento de terra na encosta do córrego não teria ocasionado o comprometimento dos atributos naturais do córrego, degradado pelo lançamento de esgoto *in natura* ao longo de seu curso;
- a responsabilidade administrativa ambiental teria natureza subjetiva, sendo indispensável a verificação do evento danoso, a materialidade da ação, o local, o agente responsável e os motivos que o levaram à suposta prática delitiva;
- não teria havido comportamento doloso ou negligente, imperito ou imprudente da Recorrente que tivesse dado ensejo aos acidentes, que advieram de caso

fortuito ou força maior, excludentes de causalidade que ensejariam o afastamento da responsabilidade administrativa ambiental;

- deveria incidir a atenuante prevista no artigo 69, I, "b", do Decreto nº 44.309/2006, repetida no artigo 68, I, "a", do Decreto nº 44.844/2008, uma vez que a empresa adotou todas as providências necessárias para limitar os impactos oriundos do acidente, dentre as quais a construção de barreira emergencial, monitoramento das águas e melhoria de contenção na barragem.

Requeru a Recorrente a descaracterização do AI nº 445/2007; a descaracterização da infração descrita no artigo 86, VI, do Decreto nº 44.309/2006, pelo advento de norma mais benéfica, que deixou de considerar irregular a conduta ali descrita; o cancelamento do AI nº 445/2007, tendo em vista a ausência de nexo de causalidade entre qualquer conduta da empresa e os impactos verificados, bem como a inexistência de culpabilidade, impeditivos da configuração da responsabilidade administrativa e a aplicação da atenuante prevista no artigo 69, I, "a", do Decreto nº 44.309/2006 e reproduzida no artigo 68, do Decreto nº 44.844/2008.

É o breve relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Os argumentos trazidos no recurso não são suficientes para descaracterizar as infrações cometidas e tampouco para provocar o cancelamento do Auto de Infração nº 445/2007, como almeja a Recorrente. Senão vejamos.

Inicialmente cabe ressaltar que a Recorrente apresenta em sua peça recursal estritamente os mesmos argumentos já trazidos na defesa e que já foram analisados no parecer jurídico anteriormente emitido.

Sustentou a Recorrente que seriam atípicos os fatos descritos no Auto de Fiscalização nº 1819/2007, que deu origem ao Auto de Infração nº 445/2007. Segundo a Recorrente, as "constatações fáticas presentes no instrumento de

fiscalização não corresponderam às condutas típicas previstas no então vigente Decreto nº 44.309, de 05/06/2006, não podendo, destarte, serem consideradas irregulares”.

Razão, no entanto, não assiste à Recorrente. O agente fiscalizador atestou, em vistoria realizada em 22/03/2007, a ocorrência dos seguintes fatos:

- *lançamento de lama à jusante da saída da barragem;*
- *aumento de turbidez no Córrego Funil e no Córrego Marzagão, seu afluente;*
- *concentração de material no sedimento do efluente;*
- *estrangulamento do Córrego do Azedo devido à queda de um muro de gabião.*

Ora, da simples leitura da narrativa dos fatos averiguados pelo servidor autuante se pode verificar a perfeita correlação com as infrações previstas nos artigos 87, IX e 86, VI, do Decreto nº 44.309/2006. Houve derramamento e lançamento da lama à jusante da saída da barragem do Marzagão, atingindo o Córrego Marzagão: infração capitulada no artigo 86, VI, cuja descrição era *emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental e de recursos hídricos*. Houve, ainda, a queda de um muro de gabião que provocou o assoreamento do Córrego do Azedo, configurando-se o dano ao recurso hídrico: infração capitulada no artigo 87, IX, do Decreto nº 44.309/2006, que consistia em *causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural*.

Outrossim, não devem ser acolhidas as alegações da Recorrente de que os tipos infracionais pressuporiam ações e que não teriam sido praticadas quaisquer condutas pela autuada no sentido de permitir o extravasamento da lama e o deslizamento de terra, que ocasionaram a degradação. Em verdade, para a consumação do tipo infracional é preciso a transgressão da legislação administrativa ambiental e, no caso em análise, se pode atestar de forma

clarividente que a Recorrente lançou efluentes em desacordo com a legislação e provocou o assoreamento do Córrego do Azedo.



Contrariamente ao que firmou a Recorrente, ocorreu o atingimento dos Córregos Marzagão e Funil pela lama neutralizada, que possui elevadas alcalinidade e capacidade de troca iônica, provocando o aumento da turbidez de suas águas, consoante já relatado no Auto de Fiscalização e Parecer Técnico GEDIN nº 28/2009. Além disso, conforme Auto de Fiscalização, foi detectada concentração de material no efluente na saída do efluente da barragem. É indubitável, pois, a ocorrência da poluição ou degradação ambiental, definida no artigo 2º, da Lei nº 7.772/80. E aqui não se argumente que seria temporária a turbidez, com o intuito de minimizar a gravidade da ocorrência e possibilitar a descaracterização da infração. O artigo 86, VI, do Decreto nº 44.309/06, no qual foi incursa a Recorrente, pressupõe tão somente o lançamento ou emissão de substância capaz de causar degradação, o que é inegável, na espécie.

Também não deve ser dada guarida às alegações da Recorrente relativamente a não ocorrência da segunda infração a ela imputada. Pretendeu a Recorrente descaracterizá-la ao firmar que o deslizamento de terras teria origem em erosão natural do terreno e que a qualidade das águas do curso d'água já estaria comprometida pelo lançamento de esgotos. Intenciona a Recorrente, na verdade, esquivar-se, sob o manto das excludentes de causalidade, da responsabilidade pelo assoreamento e comprometimento da qualidade do Córrego do Azedo. Contudo, foi atestada no Auto de Fiscalização a queda de muro de gabião, utilizado pela Recorrente, que gerou o assoreamento, estrangulamento e comprometimento da qualidade do Córrego do Azedo, de modo que restou plenamente configurada a infração do artigo 87, IX, do Decreto nº 44.309/2006, que implica poluição ou degradação que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos (...).

Firmou a Recorrente, ainda, que a responsabilidade administrativa ambiental teria o caráter subjetivo. E mais, que não teria havido comportamento doloso ou negligente, imperito ou imprudente da Recorrente e que os fatos teriam advindo

de caso fortuito ou força maior, excludentes da causalidade, que ensejariam o afastamento da responsabilidade administrativa ambiental.

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça considera que a **responsabilidade administrativa ambiental tem natureza objetiva**, ou seja, não há que se perquirir acerca da culpabilidade do agente em face do dano ambiental, bastando que sua conduta dê causa a uma ocorrência legalmente punível:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO POR DANO AMBIENTAL. A RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL É OBJETIVA. A LEI N. 9.605/1998 NÃO IMPÕE QUE A PENA DE MULTA SEJA OBRIGATORIAMENTE PRECEDIDA DE ADVERTÊNCIA. 1. A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva. Deveras, esse preceito foi expressamente inserido no nosso ordenamento com a edição da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981). Tanto é assim, que o § 1º do art. 14 do diploma em foco define que o poluidor é obrigado, sem que haja a exclusão das penalidades, a indenizar ou reparar os danos, independentemente da existência de culpa. Precedente: REsp 467.212/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 15/12/2003. 2. A penalidade de advertência a que alude o art. 72, § 3º, I, da Lei n. 9.605/1998 tão somente tem aplicação nas infrações de menor potencial ofensivo, justamente porque ostenta caráter preventivo e pedagógico. 3. No caso concreto, a transgressão foi grave; consubstanciada no derramamento de cerca de 70.000 (setenta mil) litros de óleo diesel na área de preservação de ambiental de Guapimirim, em áreas de preservação permanente (faixas marginais dos rios Aldeia, Caceribú e Guarai-Mirim e de seus canais) e em vegetações protetoras de mangue (fl. 7). [...]Por isso, correta a aplicação de multa, não sendo necessário, para sua validade, a prévia imputação de advertência, na medida em que, conforme exposto, a infração ambiental foi grave. 4. Recurso especial conhecido e não provido. (REsp 1318051RJ2012/0070152-3, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, julg. 17/03/2015, publ. DJe 12/05/2015).

No tocante à alegação da Recorrente de que o evento danoso se enquadra na noção de caso fortuito/força maior também merece ser afastada. Tudo isso em razão da legitimidade dos atos administrativos e da ausência de provas de que o comportamento da Recorrente não contribuiu para os fatos relatados nos autos de infração e fiscalização e confirmados no parecer técnico.

Finalmente, não se constatou a possibilidade de incidência da atenuante prevista no artigo 69, I, "a", do Decreto nº 44.309/2006, à época lavratura do auto e da



realização da vistoria. Também não foi considerada a possibilidade de incidência quando da elaboração do Parecer Técnico e, neste momento, não há comprovação nos autos que autorizasse a sua aplicação.

Por conseguinte, considerando que as alegações trazidas na peça recursal não são capazes de descaracterizar as infrações previstas nos artigos 86, VI e 87, IX, do Decreto nº 44.309/2006, esta Procuradoria recomenda o indeferimento do presente Recurso e a consequente manutenção das penalidades de multa impostas.

III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugiro o **indeferimento do recurso interposto e a manutenção das penalidades de multa.**

É o parecer.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2016.

Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Procuradoria da FEAM

Analista Ambiental – MASP 1059325-9

